

A Faculdade Nacional de Filosofia: origens, construção e extinção

Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero

Coordenadora do PROEDES/UFRJ; Coordenadora e Professora do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Petrópolis e Pesquisadora Nível 1A do CNPq.
e-mail: favero@infolink.com.br

Resumo

O artigo analisa a trajetória da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ), situando sua origem, como parte do projeto universitário gestado pelo Governo no pós-30. Examina sua criação (1939), construção e desenvolvimento, até seu desmembramento e extinção entre 1967-1968. Discute essa Faculdade como um projeto possível e que, apesar dos problemas e dos embates políticos por ela vividos durante cerca de três décadas de funcionamento, deixou suas marcas como um lugar de produção de conhecimento, cuja aplicação nem sempre se revelou de forma imediata, mas que ressaltadas as limitações do meio, após trinta e cinco anos de sua extinção, pode ser vista como um centro de estudos, de cultura e de pensamento.

Palavras-chave

Faculdade Nacional de Filosofia; construção/extinção; produção de conhecimento.

Abstract

This article analyses the development of the National Faculty of Philosophy of the University of Brazil (currently called UFRJ- Federal University of Rio de Janeiro), situating its origins within the University project of the post-30s Brazilian government. It examines the founding of the aforementioned Faculty (1939), its construction and development up to its fragmentation and eventual extinction, between 1967 and 1968. It discusses this Faculty as a possible project which, apart from the problems and political confrontations it went through for about three decades, left its marks as a place of production and knowledge, the application of which was not always revealed immediately, but given the limitations of the environment, after thirty five years of extinction, can be seen as a center of studies, of culture and of thought.

Key words

National Faculty of Philosophy; construction/extinction; production of knowledge.

1. Das origens à construção

Completando a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) trinta e cinco anos de sua extinção, consideramos pertinente, retomar sua trajetória, refletindo sobre o significativo papel, que desempenhou, na educação brasileira, sua rica história, como bem expressa um de seus ex-diretores, o professor San Tiago Dantas em feliz síntese: "guardadas as limitações do meio, [essa Faculdade de foi] um centro vivo de estudos, de pensamento e de controvérsias" (1964, p. 576).

Entendemos necessário, no entanto, visando apreender melhor as origens de sua criação, retomar o início dos anos 1930, quando importantes transformações que vinham sendo gestadas nas primeiras décadas do século passado, sobretudo nos anos 1920, assumem dimensão mais ampla. Se a Primeira República é marcada pela descentralização política e administrativa, essa tendência, no entanto, começa a se reverter já na década de 1920 e começam a se manifestar os primeiros sinais de centralização nos mais diferentes setores. Em relação à escola secundária e superior, verifica-se um esforço para fortalecer o poder federal, tanto do ponto de vista administrativo como normativo, que se revela na determinação do modelo a ser obedecido por todas as escolas (NAGLE, 1978, p. 291). Todavia, é a partir de 1930 que surge um aparelho de Estado mais centralizado e o poder se desloca cada vez mais do âmbito local e regional para o do governo central. Em decorrência, são elaboradas políticas de caráter nacional – incluídas aqui as de educação – por meio de mecanismos de con-

trole de caráter quase sempre autoritário, que melhor se explicitam no Estado Novo.

De uma análise atenta dos acontecimentos de 1930 a 1937 é possível destacar dois momentos-chave que marcam etapas de um mesmo processo. Desde logo se ressalta a importância estratégica assumida pela Revolução de 1930 no discurso de 1937, assim como a especificidade dessa década, ao guardar em seu interior o caráter verdadeiramente autoritário do fato que lhe é posterior: a concretização sem máscara, do que será realizado no Estado Novo (GOMES et al., 1982).

Nesse contexto, o governo federal elaborou seu projeto universitário. Dentre as medidas adotadas, destacam-se a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras, a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e a criação do Conselho Nacional de Educação, em 1931, passando pela proposta de reestruturação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1935, pela institucionalização da Universidade do Brasil, em 1937, até a criação da Faculdade Nacional de Filosofia, em 1939. Observamos existir, por parte dos que estão no poder, preocupação em dar contornos "uniformizadores" à educação. Em relação ao ensino superior, tal assertiva se evidencia na exposição de motivos do Ministro Francisco Campos ao encaminhar seu projeto de reforma, em que assinala:

[...] na reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, que constituirá o modelo para as Universidades e Institutos equiparados, foram adotadas as normas instituídas para o regime universitário no Estatuto das Universidades Brasileiras. Nela

ficam incorporados os Institutos de ensino superior da Capital da República, dependentes do Ministério da Educação e Saúde Pública, acrescidos da Escola de Minas de Ouro Preto e da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, criada no projeto (CAMPOS, 1931)³.

A definição do Ministro soa mais forte quando temos presente, de um lado, que suas idéias político/educacionais trazem embutida “[...] a crença em que a reforma da sociedade se faz mediante a reforma da escola, o espírito de formação do cidadão e da produção e modernização das elites. Em suma, embora bem relativizados, [Campos] não havia abandonado aspectos do ideário escolanovista. “Por outro lado, e agora de forma ainda mais acentuada, reencontramos sua convicção de que somente ao Estado caberia a responsabilidade, o controle e a promoção da educação” (MORAES, 2000, p. 222).

Neste sentido, o dispositivo legal que cria e regulamenta o Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850/31), associado ao que dispõe sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/31) e ao relativo à Reforma do Ensino Secundário (Decreto nº 19.890/31), são bastante elucidativos. Trata-se, sem dúvida, de adaptar o sistema de ensino a diretrizes que vão assumir formas bem definidas, tanto no campo político, quanto no educacional, tendo como preocupação criar e desenvolver um ensino mais adequado à “modernização” do país, com ênfase na formação das elites e na capacitação para o trabalho. Um ensino que contribuísse para completar a “obra revolucionária”, orientando e

organizando a nacionalidade. Nessa linha, o governo elabora seu projeto universitário, articulando medidas, que se estendem desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras à reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, passando pela proposta de reestruturação da do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1935, até chegar à institucionalização da Universidade do Brasil, em julho de 1937 (FÁVERO, 2000, v. 1).

Referindo-se às finalidades da Universidade, na Exposição de Motivos sobre a Reforma do Ensino Superior, Campos insiste em não reduzi-las apenas à sua função didática. Para o Ministro,

[...] sua finalidade transcende ao exclusivo propósito do ensino, envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada e teria duplo objetivo: de equipar tecnicamente as elites profissionais do país e de proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura (CAMPOS, 1931).

No plano do discurso, caberia à Faculdade de Educação, Ciências e Letras imprimir na Universidade o caráter propriamente universitário, permitindo que a vida universitária transcendesse os limites do interesse puramente profissional. Essa idéia, no entanto, não chega a se concretizar de imediato, no plano federal.

Todavia, isso não significa que houvesse desinteresse ou desconhecimento por parte de quantos integravam a URJ, em relação ao papel dessa Faculdade e à neces-

sidade de incluí-la em sua estrutura. Vale observar que, logo após a criação da Universidade do Rio de Janeiro, em uma das Assembléias (22 de outubro de 1920), constituída pelas Congregações dos Institutos de Ensino Superior incorporados a essa instituição, para discutir a aprovação do *Regulamento da Universidade*², um grupo de professores apresenta moção, lamentando que a legislação vigente não permitisse ampliar o Instituto Universitário, pedem *venia* às Congregações Reunidas, aos Poderes Públicos, para lembrar-lhes a conveniência de se modificar o Regulamento do Colégio Pedro II, de modo que, mantendo-se o curso secundário existente, fosse esse tradicional estabelecimento de ensino adaptado aos moldes de uma faculdade de ciências e de letras prestigiada pelas velhas e nobres tradições daquele instituto oficial, podendo assim ser incorporado à Universidade do Rio de Janeiro, completando seu objetivo em relação à instrução pública no país.

É oportuno lembrar, ainda, que em 1934, em decorrência do disposto nos artigos 196 e 198 do Decreto nº 19.852/31, Comissão Especial, nomeada pelo Reitor, é constituída pelos professores Pontes Miranda, Miguel Osório de Almeida, Ignácio Azevedo do Amaral, Leoni Kasseff e Ronald de Carvalho, tendo como atribuição elaborar uma justificativa da necessidade de criação de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras na URJ e um anteprojeto contendo o plano de organização dessa Faculdade. Tal proposta, não chega a ser implementada. Em 1937, a Lei nº 452 que reorganiza Universidade do Rio de Janeiro

pela segunda vez, institui a Universidade do Brasil, incluindo uma Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras entre os estabelecimentos de ensino que a constituem. Entretanto, essa unidade só será criada no plano federal, em 1939, com a Faculdade Nacional de Filosofia³.

Assim sendo, a tentativa de concretização dessa idéia toma corpo com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1934, e na UDF, em 1935, especialmente através de suas escolas de Ciência e de Educação. Daí haver se tornado recorrente a afirmação de que as faculdades de filosofia nasceram, efetivamente, a partir de 1934, como resultado de propostas surgidas nos anos 1920. Nessa linha, é pertinente a afirmativa de Antonio Paim (1981, p. 11):

A criação da Universidade do Distrito Federal – a exemplo de sua congênera, a Universidade de São Paulo, estruturada no mesmo período – resultou de amplo movimento, surgido no seio da intelectualidade brasileira, na década de vinte, que se propunha romper com a tradição de reduzir o ensino superior à formação profissional.

Esse movimento, desencadeado sobretudo na Academia Brasileira de Ciências (ABC) e na Associação Brasileira de Educação (ABE), por homens de ciência, como Amoroso Costa, Tobias Moscoso, Azevedo Sodré, Luíz Freire, entre outros, visava à implantação da universidade, na qual deveriam ser realizadas a pesquisa e a formação profissional.

Analisando a história da Faculdade Nacional de Filosofia, somos levadas a perceber que a UDF, em parte, é responsável

por sua institucionalização – mesmo através de tramas e traumas –, por sua organização e seus primeiros passos. Historicamente, usando uma expressão de Raul Bittencourt, “ela é herdeira da Universidade do Distrito Federal” (1955, p. 22)⁴. Nasce como obra de vencedores orientados para a criação de uma instituição modelo, padrão para as demais instituições congêneres existentes e a serem criadas no país. Seus programas e estrutura obedeciam a um plano traçado no Ministério da Educação e Saúde, havendo grande centralização de suas atividades, como de toda a Universidade do Brasil⁵, o que deixará suas marcas na história dessa instituição.

Vejamos o que afirma o Ministro Capanema em documento encaminhado ao diretor do DASP, Luiz Simões Lopes, em 1938, sob o título “Observações sobre a Universidade do Distrito Federal”. Para o Ministro, o Decreto Municipal nº 6.215, de 21 de maio de 1938, que reorganiza a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências, era inconstitucional por faltar competência ao Prefeito para expedir tal ato⁶. A esse respeito, observa:

A existência da Universidade do Distrito Federal constitui uma situação de indisciplina e de desordem no seio da administração pública do país. O Ministério da Educação é, ou deve ser, o mantenedor da ordem e da disciplina no terreno da educação [...] É preciso, a bem da ordem, da disciplina, da economia e da eficiência, ou que desapareça a Universidade do Brasil, transferindo-se os seus encargos atuais para a Universidade do Distrito Federal, ou que esta desapareça, passando a Universidade do Brasil a se

constituir o único aparelho universitário da capital da República (GC. filme 43, fotograma 0608, CPDOC/ FGV).

Em nome da disciplina, tão cara ao Estado Novo, traduzida, nesse caso, por “colocar as coisas no seu lugar próprio e adequado” (GC 36.09.18, doc. 13 série g, CPDOC/ FGV), Gustavo Capanema encaminha ao Presidente Vargas a exposição de motivos que justifica a destruição da UDF. O modelo padrão de organização universitária se impõe.

A Universidade do Distrito Federal, mantida pela Prefeitura, ministra cursos (filosofia, ciências, letras, economia, política, pedagogia etc.) que são essenciais a qualquer universidade. A Universidade do Brasil, mantida pela União, não pode deixar de instituí-los, à semelhança das mais acaudadas universidades do mundo, sob pena de permanecer indefinidamente como uma entidade anômala, sempre distanciada de constituir um verdadeiro centro de cultura, sempre longe de ser uma honra para o país.

Desta maneira, é fora de dúvida que o caminho mais simples, mais certo e mais econômico é que os cursos da Universidade do Distrito Federal se incorporem à Universidade do Brasil. (GC filme 43, fotograma 0613, CPDOC/ FGV)

Vencem, dessa forma, o centralismo e o formalismo, marcantes em um dos períodos mais autoritários de nossa história. A Igreja Católica sai vitoriosa, em termos da pressão que exerce, desde a primeira metade dos anos trinta, do século passado, sobre o Ministério da Educação e Saúde, contra a “administração comunizante” da educação no Distrito Federal⁷. Embora em período de acentuada repressão, tanto

a imprensa como intelectuais e instituições de educação protestam contra a destruição da experiência universitária mais inovadora existente na capital da República. Atentemos, por exemplo, para a reação de Mário de Andrade, em carta dirigida a Capanema, em 23 de fevereiro de 1939, contra a extinção da Universidade do Distrito Federal:

Não pude me curvar às razões dadas por você para isso: lastimo, dolorosamente, que se tenha apagado o único lugar de ensino mais livre, mais moderno, mais pesquisador que nos sobrava no Brasil, depois do que fizeram com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo. Esse espírito, mesmo conservados os atuais professores, não conseguirá reviver na Universidade do Brasil, que a liberdade é frágil, foge das pompas, dos pomposos e das burocracias (GC/ Andrade, M. 01, fotograma 0786. CPDOC/ FGV).

Em 20 de janeiro de 1939, o Decreto nº 1.063, assinado por Vargas e Capanema, “transfere” os cursos da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil. De forma irônica e com expressões fortes, Raul Bittencourt, ex-professor da UDF e um dos transferidos para a FNFi, diz ter sido então firmado “um acordo entre o Governo da União e a Prefeitura do Distrito Federal”: a Prefeitura extinguiria a Universidade – reorganizada alguns meses antes, com a “autorização do Presidente” – e a União organizaria a Faculdade Nacional de Filosofia, como parte integrante da Universidade do Brasil. Como adverte o professor Bittencourt, “a palavra *acordo* era apenas um eufemismo oficial. Tratava-se de uma oposição. O país atravessava, ao tempo, um período de ditadura, e o Chefe de Estado,

todo-poderoso, não poderia acordar com o Prefeito, senão ordenar a quem era seu direto subordinado, por ele livremente nomeado e demissível”. Assim, “a Universidade do Distrito Federal não teve o arbítrio de escolher, nem mesmo de ser ouvida” (BITTENCOURT, 1955, p. 22).

Em 27 de março do mesmo ano, o Ministro encaminha ao Presidente o projeto de Decreto-lei organizando a Faculdade Nacional de Filosofia. Na exposição de motivos, assinala que ele “representa sem dúvida um dos mais seguros e decisivos passos, tentados em nosso país, para o fim de dar à educação e à cultura nacionais solidez e elevação”. A seguir, insiste em que a organização dessa Faculdade trará, em primeiro lugar, considerável benefício, para o ensino secundário, em segundo lugar, concorrerá para a melhoria do ensino primário e, por último, a Faculdade Nacional de Filosofia “cujos fundamentos ora se fixam, virá contribuir, da maneira mais decisiva, para aumentar e aprofundar a cultura nacional, no terreno filosófico, científico e literário” (CAPANEMA, 27 mar. 1939).

Em 4 de abril de 1939, o Presidente Vargas, através do Decreto-Lei nº 1.190, institui a Faculdade Nacional de Filosofia, tendo por finalidades:

- a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, constituidores de objeto do seu ensino.

A Faculdade Nacional de Filosofia é institucionalizada, então, sob a tutela do poder central; traz em seu nascedouro as marcas tanto do autoritarismo quanto da conciliação, entendidas como estratégias de dominação. A análise de cerca de cinqüenta cartas existentes no arquivo do Ministro Capanema, referentes às solicitações e justificativas para a contratação de professores na fase de instalação da FNFI, deixa claro que a não realização de concursos, nos primeiros anos, bem como a forma e os critérios adotados para a contratação dos professores estrangeiros, expressam a utilização de certas estratégias voltadas prioritariamente para o atendimento de interesses político-ideológicos. "Em 1939, Getúlio Vargas autoriza a contratação de 15 professores estrangeiros para a nova faculdade." (GC. 36.01.18, pasta III, doc. 6, série g. CPDOC/ FGV). Diferentemente da Universidade de São Paulo, para a qual Teodoro Ramos, indo à Europa, contrata professores, e da Universidade do Distrito Federal, para a qual Afrânio Peixoto faz o mesmo, a Faculdade Nacional de Filosofia promove seus contratos através do governo (FÁVERO et al., 1989a, p.134). Criada em plena vigência do Estado Novo e em um contexto de fortalecimento do Estado sobre todas as demais instâncias da sociedade, a Faculdade Nacional de Filosofia se institucionaliza dentro da Universidade do Brasil, estruturando seu poder baseado no próprio modelo do Estado, qual seja, centralizador, imposto de cima para baixo.

A concentração de poder se evidencia em seu primeiro Regimento (1940), so-

bretudo na composição de sua direção acadêmico-administrativa, formada por um Diretor, uma Congregação e um Conselho Técnico-Administrativo (CTA). Dessa composição, os diferentes segmentos da comunidade acadêmica praticamente não participavam. Nela, como nas demais unidades universitárias, prevalece a concentração de poder em mãos dos catedráticos. Esse quadro se mantém sem nenhuma alteração até 1946, quando, por exigência regimental, é introduzido o cargo de Vice-Diretor, eleito bianualmente pela Congregação. Cria-se, outrossim, o Conselho Departamental, extingue-se o CTA sendo ampliados os poderes da Congregação. Tal estrutura permanece até a extinção da Faculdade.

A Congregação é a instância legal de poder decisório na instituição, mantida inalterada em sua composição nos três regimentos: todos os catedráticos, um representante dos docentes-livres, eleito trienalmente, e o Presidente do Diretório Acadêmico. Esse colegiado, órgão máximo deliberativo, é responsável pela direção pedagógica e didática da Faculdade, devendo integrar e representar diferentes áreas de conhecimento. Duas questões, no entanto, se colocam: se, por um lado, a abrangência e a complexidade das áreas lhes prestam certa força dentro da Universidade, por outro, aquela abrangência e complexidade contribuem para sua fragilidade.

Internamente, o processo é intrincado. É sabido que as decisões tomadas nos órgãos colegiados não se revestem apenas de caráter acadêmico e técnico: há, também, o aspecto político. No caso da FNFI,

Atas da Congregação, por exemplo, evidenciam a influência, o prestígio, as ligações e/ou relações de poder de catedráticos, representando determinados cursos e interesses de grupo. Os embates políticos internos assumem certos contornos que se tornam nítidos, principalmente no que se refere à abertura e realização de concursos para preenchimento de cátedras, a partir de 1945. Todavia, em relação às cátedras na Faculdade Nacional de Filosofia, há duas questões a serem resgatadas: se, por um lado, há casos em que elas são responsáveis pela emergência de atitudes autoritárias, por outro, de uma forma ou de outra, contribuem para que se desenvolvam atitudes instigantes e renovadoras.

Assim, afirma-se: dirigindo o destino de seus alunos, assistentes e auxiliares, houve catedráticos que formaram profissionais competentes; constituíram "escolas", isto é, socializaram conhecimentos e, em alguns casos, sua pedagogia e metodologia de trabalho. Neste sentido, após entrevistarmos algumas dezenas de ex-professores e ex-alunos dessa Faculdade, podemos afirmar que, apesar do caráter centralizador e autoritário da cátedra, ela apresentou também, em vários casos, outra dimensão, a de núcleo integrador de inteligências, núcleo de produção de conhecimento. A esse respeito, a entrevista da professora Cleonice Bernardinelli é bastante elucidativa: "Considerar que ser catedrático é alguma coisa negativa não me parece justo. O importante é saber quem é catedrático, quem é aquele catedrático! Como cada um vive o ser catedrático!" (FNFi, De-

poimentos, 1992, p.88)⁸. A propósito, o professor Leite Lopes é enfático: "Se a cátedra era ruim porque havia 'senhor feudal', sem a cátedra corre-se o risco de um populismo, onde não se sabe mais quem é quem, onde qualquer pessoa pode..." (Ibid., p. 307).

Pelo que depreendemos, a cátedra na FNFi assume caráter bastante distinto daquele de outras unidades na Universidade do Brasil. Essa nossa percepção resulta da diversidade de objetivos e da complexidade de conhecimentos que ali desaguvavam e se entrecruzavam. Todavia, se é possível coexistirem, durante o período de 1945 a 1964, os antagonismos políticos e ideológicos nesse mesmo espaço físico e intelectual, o mesmo já não ocorre após o golpe militar: as barreiras se tornam intransponíveis, acentuadas sobretudo pela perda de professores e pesquisadores considerados incompatíveis com o regime autoritário instaurado no país. A crise institucional, decorrente do tipo de poder estabelecido – emanado dos mentores da ditadura – gera a insegurança e o afastamento de docentes sob dupla forma: "fuga de cérebros" com a saída do país ou aposentadoria compulsória.

De 1964 a 1968, a Faculdade Nacional de Filosofia – como as demais instituições universitárias, principalmente as públicas – se aflige com o afastamento de seus professores, alunos e funcionários, provocado por diversos atos ou dispositivos governamentais do regime militar. Tais medidas arbitrárias sofrem metamorfoses quanto às roupagens até o final desse regime – as formas podem ser diferentes, o conteú-

do, no entanto, permanece o mesmo, como veremos mais adiante neste estudo.

Exposto de forma sucinta, o contexto em que se processa a criação e a construção da Faculdade Nacional de Filosofia, procuraremos a seguir examinar como se realiza sua produção em termos de ensino e pesquisa.

2. A Faculdade Nacional de Filosofia: espaço de ensino e pesquisa

Instituída pelo Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia é organizada compreendendo quatro seções fundamentais, Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, além de uma seção especial de Didática. Em 1940, doze são os cursos oferecidos, acrescidos, em 1943, do de Jornalismo, o qual só vem a ser implantado em 1948, e do curso de Psicologia em 1962. Não é sem razão que muitos que por ela passaram insistem em afirmar: a FNFi assemelhava-se a uma mini-universidade.

Apesar da abrangência de suas finalidades e de sua organização acadêmica, com diferentes áreas de conhecimento que se entrecruzam, percebemos em sua trajetória maior ênfase no ensino que na pesquisa, sobretudo nos primeiros anos. Analisando esse aspecto, Bonardi observa: "sendo um de seus fins o preparo de trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica, a formação de professores torna-se finalidade cada vez mais dominante na Faculdade de Filosofia. Contudo, o Curso de Didática não ocupa posi-

ção de importância compatível com essa finalidade" (1990, p. 97). A explicação talvez esteja na prioridade atribuída ao bacharelado em relação à licenciatura, o que se evidencia tanto nos documentos, como em depoimentos de ex-alunos e professores. Analisando depoimentos de alguns ex-alunos (Eulália Maria L. Lobo, Jader de Medeiros Britto, Maria Laura Mousinho Leite Lopes e Maria Yedda L. Linhares), concordamos com Bonardi quando afirma "ser a Didática vista isoladamente como um saber em si" (1990, p. 65). Esses depoimentos remetem-nos a reflexões de Dumerval Trigueiro Mendes, quando comenta que a Didática às vezes "nos dá a impressão de um receituário elaborado pelo senso comum, sob a disciplina de uma racionalidade espontânea, não raro aprimorada vagamente na racionalidade científica, extraída de certas ciências da educação, particularmente da psicologia" (1974, p. 152).

A propósito, o exame da documentação da FNFi mostra que as observações do professor Raul Bittencourt por ocasião das comemorações dos primeiros dez anos da Faculdade, a respeito de seu duplo objetivo: "o saber desinteressado e a formação de professores para o ensino secundário e normal" (Universidade do Brasil, 1951, p. 24), estão, também, presentes em pronunciamentos de outros representantes da Faculdade, na mesma comemoração. Apesar de depoimentos enfatizarem a existência de uma prioridade pelo bacharelado em relação à licenciatura na Faculdade nos primeiros anos, parece haver uma procura muito alta dos alunos para cursar o bacha-

relado e a licenciatura. É o famoso esquema 3 + 1, tão discutido e questionado.

Analisando o Decreto-lei nº 1.190/39, constatamos que, embora minucioso, esse dispositivo só faz referência à pesquisa na letra C do art. 1º. Constatamos que nos discursos oficiais, tanto por parte do governo, como dos dirigentes da Universidade do Brasil, nos primeiros anos, em nenhum momento há referência a incentivos para professores que se dedicassem à pesquisa, como também não há menção à carreira do pesquisador. Não é de se estranhar, portanto, a ocorrência de reais dificuldades à implantação dessa terceira finalidade⁹. Quanto à formação do magistério, a preocupação do governo parece explícita e se evidencia já na Exposição de Motivos do Ministro Capanema, ao encaminhar o Decreto-Lei instituidor da Faculdade Nacional de Filosofia. Para o Ministro, o ensino secundário será o mais beneficiado com esse dispositivo que

[...] não apenas estrutura o vasto organismo da Faculdade Nacional de Filosofia, estabelecimento federal padrão do ensino destinado à preparação do magistério secundário, mais ainda estabelece que a partir de 1943, não possa ser admitido, como professor do ensino secundário, candidato que não tenha passado por aquele estabelecimento ou por outro congêneres reconhecido (CAPANEMA, 1939).

Em relação à pesquisa nos primeiros anos, a questão parece não ser considerada prioritária por parte dos dirigentes universitários e pelo governo. Como deixa entrever a leitura das Atas do Conselho Universitário¹⁰. Tal fato se evidencia também nos processos de seleção e constituição do

primeiro quadro docente da Faculdade, cujos critérios nem sempre são de caráter acadêmico, prevalecendo outros, em alguns casos, como a troca de favores, as alianças através de mecanismos de cooptação, etc.

Analisando a trajetória dessa Faculdade, constatamos que, apesar de todas as dificuldades, a pesquisa começa a se fazer presente na FNFI, desde 1940, na Seção de Ciências. De acordo com o professor Joaquim Costa Ribeiro,

[...] a simples inscrição de candidatos [nessa seção] é uma prova de seleção à base de vocação científica. [...] Nos cursos de Letras ou de História, por exemplo, muitos se matriculam apenas para ganhar uma ilustração de fácil curso na vida social ou pelo simples prazer de estudo agradável e sedutor. Mas a Física, a Matemática, a Química, as ciências positivas, enfim, só apaixonam um número reduzido de inteligências, constitucionalmente aptas ao trabalho de pesquisa e à disciplina rigorosa das fórmulas. [...] No Departamento [de Física e na sua cadeira] não havia problemas de reprovações em massa, da disputa de vagas, ou de classes inadaptadas ao nível dos programas" (In: MES, 1947, p. 110-111)

O depoimento do professor Costa Ribeiro sugere que aqueles que se vão dedicar à pesquisa não podem descuidar da disciplina de trabalho e da vocação científica. Apesar das consideráveis dificuldades e da falta de condições de trabalho, esse professor desenvolve na FNFI, a partir de 1940, investigações sobre "a radioatividade de minerais brasileiros" e, em 1943, inicia estudos sobre dielétricos, o que vai dar origem à descoberta do "efeito termodielétrico", também conhecido como efeito Costa Ribeiro. Na década de 1940, registram-

se também pesquisas suas sobre "a teoria dos corpúsculos elementares; as dificuldades da teoria quântica do campo eletromagnético, a teoria das forças nucleares e o cálculo de processos observados na radiação cósmica". Múltiplos foram os estudos publicados a respeito dessas pesquisas (Ibid., p. 111-112).

Reiterando as colocações do professor Costa Ribeiro, o professor Leite Lopes, em 16.11.1948, ao assumir a cátedra cadeira de Física Teórica e Física Superior da FNFI, assinala:

[...] os trabalhos de Costa Ribeiro, Bernard Gross e Oliveira Castro, na física dos dielétricos, asseguraram ao Brasil uma posição de destaque nos meios científicos mundiais. Deste clima de trabalho, de amor à ciência, continuam a sair jovens pesquisadores, e todos vós sabeis da importância e da repercussão mundial das pesquisas recentes de Cesar Lattes. E ao seu lado, dois outros jovens cientistas, Leopoldo Nachbin e Jayme Tiomno, realizaram atualmente, nos Estados Unidos, importantes trabalhos em Matemática e Física (LEITE LOPES, 1987, p. 40).

Esse "clima de trabalho" a que faz referência o professor Leite Lopes, é confirmado por outros professores e ex-alunos do Departamento de Física da Faculdade Nacional de Filosofia. No Arquivo da FNFI/PROEDES/UFRI, encontramos indicações a respeito de seminários realizados por esse físico, sobre temas de Física Moderna (Teoria da Radiação; Mecânica Quântica; Mecânica Estatística e Passagens de Corpúsculos eletrizados através da matéria), conferências proferidas tanto por professores estrangeiros, como Jean Cabannes (Facul-

dade de Ciências, da Universidade de Paris), Arthur Solomon (Universidade de Harvard), Jean Delsarte (Faculdade de Ciências de Nancy), quanto por professores brasileiros, como Leite Lopes, Costa Ribeiro (FNFI/UB) e César Lattes (USP) e, ainda, registros da participação de professores do Departamento, a título de intercâmbio e estágios, ou como conferencistas, em eventos científicos desenvolvidos em outras instituições nacionais ou estrangeiras. Das discussões então realizadas se destaca, também, a necessidade do "Regime de Tempo Integral para Pesquisadores".

No final dos anos 1940, essa reivindicação passa a ser entendida como uma das condições e exigências fundamentais para se fazer ciência na Universidade. Tornam-se demandas recorrentes em alguns institutos da UJ e na Faculdade Nacional de Filosofia, sobretudo na Seção de Ciências. No entanto, somente em 1950 a reivindicação de tempo integral e dedicação exclusiva vai ser contemplada. Na Ata da Reunião da Congregação, efetuada em 13 de junho daquele ano, lemos: "Por proposta do Conselheiro Costa Ribeiro foi aprovado um voto de satisfação pela concessão de tempo integral a professores da Faculdade e que a Escola se congratulasse com a Fundação Rockefeller, por esse fato, visto que a referida Fundação muito concorreu para a consecução dessa medida"¹¹.

Na área da Física é dado grande destaque à contribuição do professor italiano Luigi Sobrero. De acordo com o professor Jayme Tiomno, foi ele "quem mais estusiasmou os estudantes para a pesquisa",

contribuindo e incentivando a realização de seminários de estudo (FNFi. Depoimentos. 1992, p. 262). De modo geral, os professores da Física na FNFi ressaltam em seus depoimentos a importância desses seminários não somente para a formação de pesquisadores, mas também como espaço de divulgação do conhecimento de ponta na área e, ainda, como forma de suprir deficiências do currículo.

Apesar do idealismo desses professores, as condições materiais não permitiram que se desenvolvesse, na área, um trabalho de pesquisa conforme o desejado. Em decorrência, em 1949, é criado o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), fora da Universidade do Brasil. Como observa Ana Elisa Gerbasí de Almeida, parecia que, "dentro do Departamento de Física da Faculdade Nacional de Filosofia, todos estavam de acordo quanto à impossibilidade de criação do Centro dentro da Faculdade" (1992, p. 7). A respeito, o professor Tiomno é bastante incisivo: "O CBPF foi criado porque nós tínhamos verificado que não havia condições de fazer pesquisa – pelo menos em Física – na Universidade. Em outros campos, a experiência mostrou que era possível. Mas, mesmo em Matemática, foi muito difícil, não houve pesquisa possível" (FNFi. Depoimentos 1992, p. 267).

No que se refere à Matemática, entre outros, procuramos ouvir o professor Leopoldo Nachbin. Embora ressalte a presença dos professores italianos, sobretudo Gabrielle Mamana e Luigi Sobrero, considera ter sido esse curso, no início dos anos 40, "ainda muito incipiente, de modo que a

influência desses professores se limitou, essencialmente, ao âmbito da sala de aula, ministrando cursos que faziam sentido naquela ocasião; cursos muito bons". Somente em 1945, com a vinda do matemático português Antonio A. Monteiro, é que se faz sentir uma influência mais contagiante no que diz respeito ao ensino e à pesquisa no Departamento de Matemática. Falando sobre esse fato, completa: "Ele me ajudou muito. O professor Monteiro trabalhou no Departamento de Matemática durante quatro anos, de 1945 a 1949" (FNFi. Depoimentos. 1992, p. 312).

Para o professor Luiz Adauto Medeiros, Antonio Monteiro tinha "formação e gosto matemático totalmente distintos dos de Mamana". Sua presença foi importantíssima para o Departamento nos anos de 1940, por ter estimulado professores e alunos "na realização de seminários de pesquisa sobre Teoria dos Reticulados e outras linhas da Matemática, como, por exemplo, espaços de Hilbert". Graças ao professor Monteiro, é criada a coleção de monografias de matemática intitulada "Notas de Matemática", onde são publicados, nesse período, entre outros, trabalhos de Leopoldo Nachbin, J. Abdelhay, Maurício Matos Peixoto, Paulo Ribenboim, Maria Laura Mousinho, Alvércio Moreira Gomes e do próprio Antonio Monteiro (MEDEIROS, 1984).

Durante o ano de 1948, o Departamento de Matemática contou, também, com a colaboração de professores visitantes estrangeiros, como Adrian A. Albert e Marshall H. Stone.

Entre as publicações dos professores

da Matemática, nessa fase, destacam-se os trabalhos de Leopoldo Nachbin - Combinação de Topologias, Notas de Matemática nº 1, Antonio A. Monteiro - Filtros Ideais e Notas de Matemática nº 2, José Abdelhay - Reticulados Vetoriais e Notas de Matemática nº 3, Maurício Matos Peixoto - Conve-xidade das curvas e Notas de Matemática nº 6 (MEDEIROS, 1984).

No início dos anos 1950, o Departamento conta ainda com a presença de professores visitantes, como Jean Dieudonné, Charles Ehresman e Laurent Schwartz, da Universidade de Paris. Em decorrência da presença desses professores visitantes, alguns trabalhos são produzidos. A partir de 1958, porém, o Departamento de Matemática entra em fase de estagnação, motivada por vários fatores, dentre estes, o professor Medeiros salienta a crise no sistema universitário da época, a impossibilidade de oferecer condições de trabalho semelhantes às de outras instituições e "a dificuldade em contratar novos professores de boa qualificação" (Ibid.).

Quanto à Química, há registros de trabalhos desenvolvidos pelo professor Crísthovão Cardoso nos laboratórios de Físico-Química da Faculdade e das pesquisas sobre pirólise das gorduras, realizadas pelo professor Athos da Silveira Ramos. Parece não haver, todavia, grande tradição de pesquisa na área. Para a professora Silvia Tiomno Tolmasquin, embora mereça destaque a atuação de alguns professores, a pesquisa não teve desempenho satisfatório nessa área. Houve tentativas isoladas, mas não se chegou a ter uma produção

científica contínua; apesar de, no seu entender, o ensino de Química ministrado na Faculdade ter servido de base à formação de muitos pesquisadores de renome (FNFI. Depoimentos. 1992, p. 514).

Uma referência que não pode ser omitida é a do professor e cientista Elysário Távora Filho, catedrático de Mineralogia e Petrografia na FNFI e pioneiro, no Brasil, ao desenvolver teorias inovadoras na área da cristalografia¹². Na seção de ciências, merecem destaque, também, os trabalhos desenvolvidos no Curso de História Natural. Mesmo com as precárias condições de instalações e a penúria de material didático, houve estudos e pesquisas desenvolvidos nesse Curso que marcaram a história da Faculdade. Entre seus professores pesquisadores, um nome a ressaltar é o de A. Lagden Cavalcanti que publica, em 1948, um trabalho no periódico *Genetics*, considerada à época, a melhor revista especializada em genética dos Estados Unidos.

Após a II Guerra Mundial, como representante da Universidade do Brasil, o professor Lagden apresenta, no 1º Congresso Internacional de Genética, estudo sobre citogenética das drosófilas, realizado durante seu estágio no laboratório de Theodosius Dobzhansky. Em 1948, o cientista Dobzhansky vem ao Brasil e reúne uma equipe de doze geneticistas, constituída por brasileiros, argentinos, chilenos e suíços, sob o patrocínio da Fundação Rockefeller. De acordo com o professor Lagden, daí nasceu a pesquisa genética no Brasil, tornando-se a 5ª ou a 6ª do mundo, de 1948 a 1958. E o importante, assinala, "é ter nascido nas Faculda-

des de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da Universidade do Brasil" (FNFi. Depoimentos, 1992, p. 43). No campo da genética, a partir de 1950, é criado na Faculdade um Centro de Pesquisas Genéticas.

Não é apenas a seção de ciências que apresenta produção acadêmica significativa para a época e que contribui para a socialização dos conhecimentos nela produzidos. Damos, então, a palavra à Geografia. No trabalho de formação de profissionais, nessa área, há professores que procuram integrar conhecimentos teóricos e pesquisa de campo. Em 1947, o professor Josué de Castro, catedrático de Geografia Humana e chefe do Departamento de Geografia, considera "que a finalidade precípua do curso é formar nos alunos uma mentalidade de geógrafo, dando ao ensino das ciências geográficas uma abordagem em nível universitário moderno. Para ele, nesse trabalho de formação, as investigações de campo desempenham grande papel, aliadas às atividades práticas da cartografia, da elaboração, leitura e interpretação das cartas geográficas, em suas respectivas áreas (MES, 1947, p. 115-116).

Entre os professores daquele Departamento, sobressai o trabalho do professor Hilgard Sternberg, em Geografia do Brasil. Na regência dessa cadeira, adota "processos de ensino e pesquisa com observação direta, inquéritos, interpretação de textos, de mapas e excursões" (Ibid.). Dentre os trabalhos de campo por ele orientados, menciona-se, em especial, a excursão realizada, em julho de 1947, quando foram estudadas

as regiões fisiográficas da baixada litorânea e da escarpa cristalina do planalto (Serra do Mar), as bacias sedimentares do Paraíba e do Tietê, os dois flancos da sindical do Paraná, com suas respectivas 'cuestas' (Serras de Botucatu, Maracaju, Aquidauana), e o Pantanal. Através desses trabalhos, muito material de Geologia, Pedologia e Botânica foi coletado para os laboratórios da Faculdade. Essa excursão durou 26 dias e foram percorridos cerca de 6.000 km (Ibid., p. 116-117).

O respeito à contribuição desse professor é documentado na *Revista Arquivos* (MES, 1947), onde se lê: "conforme depoimento do Dr. Lyman J. Briggs, Presidente da Comissão de Pesquisas da National Geographic Society, de Washington, foram as informações geográficas prestadas pelo professor Sternberg, a pedido daquele cientista, que permitiram escolher um local para observar o eclipse de 20 de maio de 1947", no caso, a cidade de Bocaiúva, em Minas Gerais (Ibid., p. 117). Na Geografia, ainda, um nome citado com muita ênfase, por ex-alunos da FNFi, é o do francês Francis Ruellan. Sua presença na Faculdade é marcada também pelos trabalhos de campo e pela introdução do método de pesquisa aplicada na área. A respeito de sua atuação como professor, Maria Yedda Linhares é enfática: "Francis Ruellan [era] excelente. É completa: "foi o melhor professor que tive em toda a minha vida" (FNFi. Depoimentos, 1993, p. 409).

A atuação do professor Ruellan se faz sentir não apenas nos cursos regulares da Faculdade, mas também nos "Cursos de

Férias para Aperfeiçoamento de Professores Secundários da FNFi, em que lecionou Geografia Regional. Parece ter sido através desses cursos (regulares e de férias)¹³ que ele estabeleceu uma ponte entre a Faculdade Nacional de Filosofia e o IBGE, onde, segundo uma ex-aluna, "fez escola". E mais, graças a ele "o Rio de Janeiro se tornou o maior centro de estudos de Geografia no Brasil" (Ibid.).

No que se refere ao curso de História, enfatiza-se a diferença teórico-metodológica entre os professores estrangeiros e os brasileiros. Estes, segundo alguns entrevistados, não tinham nem formação de historiador, nem de geógrafo. Dos estrangeiros, os mais destacados são os franceses Victor Marie Lucien Tapié (História Moderna e Contemporânea) e Antoine Bon (História da Antiguidade e da Idade Média).

A partir da "década de 1950, uma nova geração de professores da Nacional de Filosofia, formados no curso de História, procura renovar as disciplinas, introduzindo a metodologia e as técnicas de pesquisa. Desse grupo, merecem destaque os professores Maria Yedda Linhares, Manoel Maurício de Albuquerque, José Luiz Wernick da Silva, entre outros" (LOBO, 1989, p. 27). Somente nos anos 1960, porém, começa a haver pesquisa institucional com verbas em História; antes o que havia "era a pesquisa individual" (Ibid.).

Depoimentos a respeito da FNFi apontam claramente para a importância de novas técnicas de ensino, introduzidas pelos professores estrangeiros, não apenas em Geografia e em História, mas também em

outras áreas, como é o caso do professor André Ombredane, na Psicologia. É oportuno assinalar que os estudos de Psicologia faziam parte do curso de Filosofia até a criação do Curso de Psicologia. De acordo com o professor Penna (1992, p. 14), "de todos os psicólogos franceses, provavelmente foi o que exerceu influência mais direta na Faculdade". Contratado para lecionar na FNFi, permaneceu até 1944 no Brasil. Sua contribuição se fez sentir, sobretudo, em assuntos de psicopatologia e "seus cursos sobre patologia da linguagem justificaram-se diante de sua 'magnum opus' a *L'Aphasie et l'Elaboration de la Pensée Explicite* publicada em 1951, em Paris". Ainda segundo o professor Penna, ele desenvolveu na Faculdade excelente trabalho clínico, realizado com a colaboração do aluno Benjamim Gaspar Gomes¹⁴; durante sua permanência como professor da Nacional de Filosofia que Ombredane publicou os seus *Études de Psychologie Médicale*, em três volumes, dedicados aos temas Perception et Langage, Geste et Action e Troubles de de caractère et délires. Os "Études" foram editados pela Atlântica, Rio de Janeiro, em 1944 (PENNA, 1992, p. 4-5).

No curso de Filosofia, o nome chave é o do professor Álvaro Borges Vieira Pinto. Entra na Faculdade, logo no início, dando cursos de Lógica Matemática; mas, com a saída de professores estrangeiros na década de 1940, assume a cadeira de História da Filosofia, como professor efetivo. Nessa condição, trabalha quatro anos, indo para a França estudar na Sorbonne, durante quase um ano, onde recolhe material para ela-

borar sua tese para a cátedra de História da Filosofia, sob o título: "Ensaio sobre a Dinâmica na Cosmologia de Platão", que é defendida em 1951. Após o concurso, como professor catedrático, Vieira Pinto permanece na FNFi, lecionando até setembro de 1964, quando parte para o exílio. De acordo com entrevista concedida a Dermeval Saviani, como professor de Filosofia, Vieira Pinto ministrava seus cursos "com uma orientação exclusivamente pragmática", ou seja, "dava o curso seguindo os manuais da filosofia comum, idealista, mas sempre num nível superior elevado, desenvolvia cronologicamente o pensamento" (1982). Na mesma entrevista, assinala ainda: "Depois entra outro período, que é o do aparecimento do ISEB, e o convite casual que recebe de Roland Corbisier para ser professor de Filosofia [naquele Instituto]. Isto em 1955". Com a sua entrada no ISEB, ele mesmo relembra:

[...] fui mudando aos poucos de orientação, fui tomando uma orientação mais objetivista, menos idealista e deixando de lado toda aquela forma clássica de ensinar História da Filosofia, que era puramente repetir o que o outro disse. Passei a fazer uma exposição sobre o autor e depois a crítica, o que me dava a oportunidade de alargar mais o meu pensamento, embora sem jamais ter chegado a impor a ninguém qualquer idéia extremista, ou qualquer idéia que julgava tal, e que fosse considerada indevida num currículo de Filosofia (VEIRA PINTO, 1982, p. 17).

Ouvindo ex-alunos seus, diremos: este foi o professor Vieira Pinto; um excepcional mestre que marcou a vida acadêmica de seus alunos. Vieira Pinto era formado

em Medicina e exerceu, durante alguns anos, a profissão. Seu contato com a Filosofia não se dá de forma sistemática através de cursos. Teve uma iniciação, quando aluno do Colégio Santo Inácio, dos Jesuítas, no Rio de Janeiro e, bem mais tarde, como registramos antes, durante quase um ano, fez os referidos estudos na Sorbonne. Observa, todavia, Saviani:

Não nos apressemos, entretanto, a ver nesse fato um indicador de uma suposta pouca importância da escola na formação de intelectuais [...]. É, pois, pelo menos plausível a suposição de que o autodidatismo produziu bons frutos porque se desenvolveu sobre a base de uma sólida formação geral propiciada pela escolarização fundamental. [E acrescenta]: "não é possível ignorar a importância educacional de Vieira Pinto. De um lado, porque é um testemunho do modo como eram formados os intelectuais até o início dos anos 50. De outro lado, porque exerceu importante influência na formação e no trabalho de outros intelectuais (SAMANI, In: VEIRA PINTO, 1982, p. 21).

Essa influência se faz sentir, também, de maneira muito forte junto ao movimento estudantil nos anos 1960, quando, nas discussões em torno da questão da universidade, "num momento crucial de sua história, procura repor de forma rigorosa o problema das relações entre universidade e sociedade, e, em consequência, a responsabilidade e o compromisso social com os interesses da população trabalhadora que o ensino superior precisa assumir" (SAMANI, In: VEIRA PINTO, 1986). Nessa direção, seu livro *A Questão da Universidade*, escrito em 1961 e publicado pela Editora da UNE, "é a expressão viva da coragem e idoneida-

de intelectual do autor¹⁵.

Na Filosofia, nos primeiros anos, ainda, há um destaque para o trabalho desenvolvido pelo Padre Penido e por René Lucien Poirier (FNFi. Depoimentos, 1992, p. 218-219 e PENNA, 1992, p. 26). Além disso, todos que estudaram Filosofia na FNFi, nos seus últimos dez anos, são unânimes em afirmar a qualidade do trabalho acadêmico desenvolvido por Álvaro Borges Vieira Pinto e seu assistente José Américo Pessanha.

Quanto às Ciências Sociais, como assinala Costa Pinto, a organização desse ensino no país “representou muito mais um avanço da cultura brasileira como um todo do que apenas o desenvolvimento de uma de suas partes” (COSTA PINTO e CARNEIRO, apud ALMEIDA, 1989, p. 188). Não resultou de processos de progressiva especialização disciplinar, internos à vida e à instituição acadêmica. Embora tivesse suportes mais amplos fora da academia, as condições nem sempre foram favoráveis. Daí a história das chamadas Ciências Sociais, “até meados dos anos 60, só poder ser contada como um penoso processo de construção institucional, onde os fracassos somavam bem mais do que os êxitos, a despeito de enorme importância que o modo de pensar das Ciências Sociais “desempenhou na estruturação do campo de idéias” (ALMEIDA, 1989, p. 191-192).

Na verdade, observa Maria Hermínia de Almeida: a atividade de pesquisa nas Ciências Sociais parece não ter conseguido se institucionalizar na FNFi no período de 1939-48, nem de forma embrionária e precária,

como vinha se desenvolvendo na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Entre os formados nesse período, destacam-se Luís Aguiar Costa Pinto e Guerreiro Ramos, que nos de 1950 desempenham papel importante (Ibid., p. 198-199).

Raul Bittencourt, por ocasião das comemorações dos primeiros dez anos da FNFi, dá especial destaque aos trabalhos de antropologia do professor Arthur Ramos, aos estudos sobre Geografia Humana e problemas de alimentação, realizados pelo professor Josué de Castro, e ao curso de Economia Política, desenvolvido pelo professor Djacir Menezes (BITTENCOURT, 1955). No entanto, para Maria Hermínia de Almeida (1989, p. 199) “os resultados da produção do período são minguaudos e revelam a permanência de um estilo de trabalho mais próximo do grande ensaio com ponto de vista sociológico”. Essas inferências são reforçadas pela professora Moema Toscano que, em seu depoimento, assinala não haver pesquisa na área.

A gente tratava desse tema de forma muito distante [...] Não havia essa coisa de pesquisa! Isso não existia! Existiam trabalhos avulsos, individuais, pessoas que estavam tentando estudar isto; a bibliografia era muito escassa. [E complementar]: Na área das Ciências Humanas, a pesquisa só vai nascer nos anos 70. [...] Antes disso, nem falar em pesquisa. Sabíamos o que era, mas apenas na teoria (FNFi. Depoimentos, 1992, p. 452-453).

Talvez se entenda melhor essa análise considerando-se a forma como foi criada a FNFi e os critérios adotados para a escolha de seus professores. Corresponden-

cia dirigida ao Ministro Capanema, originada no Gabinete do Consultor Jurídico do Banco do Brasil, deixa perceber uma crítica, embora velada, à atitude do Ministro ao contratar um estrangeiro para a cadeira de Política, ao mesmo tempo que recomenda, para a mesma, o nome de um deputado, ex-catedrático da Faculdade de Direito do Espírito Santo. Observe-se também que o missivista fez ver ao Ministro Capanema a incoerência da medida frente aos ideais do Estado Novo, caso se concretizasse. Vejamos esse questionamento:

Ouvi dizer que se pensou em mandar vir da Sorbonne um professor para a cadeira [de Política]. Não julguei que fosse fundada a notícia.

A todos os respeito, se o eminente amigo me permite, a importação de um professor estrangeiro para a regência efetiva da cadeira seria um contra-senso com a ordem das coisas instituídas no país em 1937 (NEVES, 1939).

Em 1939, o francês André Gross é contratado para lecionar Política, permanecendo na FNFi até 1943, quando Victor Nunes Leal é indicado para ocupar a cátedra, e Costa Pinto, formado na primeira turma de Ciências Sociais, substitui Jacques Lambert, regente da cadeira de Sociologia e autor da obra *Os Dois Brasis*, uma das monografias de referência para a Sociologia brasileira até a década de 60 do século passado.

Apesar de os resultados da produção nas Ciências Sociais serem mais individualizados na Faculdade, há trabalhos de intelectuais ligados a ela que não podem ser esquecidos. Maria Yedda Linhares, refletindo sobre a produção da FNFi, assina-

la: temos algo impressionante - o livro de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*. Para ela, "é um clássico que vale mais que todos os artigos publicáveis pelos professores naquela época ou aquela relação de produção científica do banco de dados do CNPq" (FNFi. Depoimentos, 1992, p. 23).

No curso de Letras, em termos de ensino, há grande destaque para o trabalho desenvolvido por Alceu Amoroso Lima, Celso Cunha, José Carlos Lisboa e Thiers Martins Moreira. Este último organiza com os alunos do curso de Literatura a dramatização do "Auto da Mofina Mendes", do "Monólogo do Vaqueiro" e do "Auto da Alma", de Gil Vicente (MES, 1947, p. 122 e BERARDINELLI, C. apud FNFi. Depoimentos, 1992).

Na Educação, apesar de todas as críticas feitas ao Curso de Didática, há nomes que não podem ser esquecidos, como Anísio Teixeira, que chegou a ocupar, interinamente, a cátedra de Administração Escolar e Educação Comparada na Faculdade, embora tenha se preparado para o concurso escrevendo uma tese que seria publicada em livro mais tarde: *Educação é um Direito*¹⁶. Sua presença na Faculdade Nacional de Filosofia, embora bastante interrompida pelas diversas funções exercidas em órgãos públicos, deixa marcas importantes, sobretudo nas discussões a respeito da escola pública, por ocasião da tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nessa área, ainda, outros nomes são lembrados, como os de professores e profissionais que conduziram a Faculdade, tais como: Raul Bittencourt e Carneiro Leão.

Além de cursos, pesquisas e conferên-

cias, em um balanço dessa Faculdade, cabe ressaltar ter sido ela centro irradiador de cultura. Os fatos mais relevantes que aconteciam no país repercutiam na Faculdade Nacional de Filosofia, de modo que ações diversas partiram daquela casa. Campanhas, como "o petróleo é nosso", encontraram ali um clima propício para o estudo e o debate. Grandes questões culturais eram discutidas nessa Faculdade, daí sua presença e significado na vida intelectual e política da sociedade brasileira. Foi, sem dúvida, uma instituição presente e por isso ela continua marcante na memória daqueles que a produziram (LINHARES, apud SEMINÁRIO, 1990, p. 46).

3. A Faculdade Nacional de Filosofia: desmembramento e extinção

Surgidas nos anos 1930, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, vivenciaram em sua trajetória, críticas e dificuldades consideráveis, muitas vezes não superadas e que comprometeram, em vários momentos, não só seu papel de elemento integrador das demais unidades universitárias, mas também o de formador de pesquisadores e o de fomentador de investigações em diferentes domínios da cultura. Imagem desfigurada de suas congêneres na Europa e nos Estados Unidos da América, a Faculdade de Filosofia, no Brasil, acaba limitando-se, em muitos casos, à formação de professores (COELHO, 1983, p. 5).

No bojo das discussões sobre a problemática da Universidade no país, no final dos anos de 1950 e início de 1960, é que ocorrem os detalhes mais expressivos

sobre a "inadequação" e a necessidade de fragmentação dessas faculdades. Tais críticas de natureza distinta, conseqüentemente, levam a posições diferentes quanto ao destino a ser dado a essas unidades.

Não restam dúvidas de que, por trás de todo esse debate, havia, de um lado, algumas seções ou departamentos que aspiravam transformar-se em institutos¹⁷ e, de outro, soavam também muito forte os interesses de grupos internos e externos, que ansiavam dividir as politicamente ativas Faculdades de Filosofia das grandes universidades – UFRJ, USP e UFMG – para impedir que o "vírus ideológico dos cursos tradicionalmente politizados" contaminasse os de menor tradição (CUNHA, 1988, p. 83).

Repudiada por quase todos, a fragmentação dessas faculdades, na segunda metade dos anos 1960, apresenta-se como fato consumado. Trata-se agora de justificá-la, e isso é feito, explicitamente, em 1966, no anteprojeto elaborado pelo CFE – tendo como relator o professor Valnir Chagas – em atendimento a um Aviso do Ministro da Educação, Raymundo Moniz Aragão. Nesse documento são explicitados também os princípios que vão nortear a Reforma Universitária de 1968: a indissociação entre o ensino e pesquisa e não duplicação de meios e recursos para fins idênticos.

Com pequenos ajustes, esse anteprojeto é transformado no Decreto-lei nº. 53, de 18 de novembro de 1966, o qual fixa princípios e normas para a reestruturação das universidades federais, além, de outras providências, tais como a do seu artigo 2º: "Nas universidades em que houver Facul-

dade de Filosofia, Ciências e Letras, esta sofrerá transformação". Em complementação a esse dispositivo, em 28 de fevereiro de 1967, é promulgado o Decreto-lei nº. 252. Com as determinações contidas nesses dois dispositivos, inicia-se a reestruturação das universidades federais. Apoiando-se no princípio da racionalização de meios, o segundo Decreto-lei, em seu artigo 2º, dispõe que "compete à unidade própria do ensino profissional e de pesquisa aplicada a formação de professores e de especialistas em educação".

Em cumprimento a tais dispositivos e à Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968, as Faculdades de Filosofia são desmembradas. Como um dos centros de produção e veiculação de pensamento crítico e inovador e de contestação política ao regime militar implantado em 1964, essas Faculdades, entre todas as unidades universitárias, foram as mais retalhadas, dando origem até a uma dezena de novas unidades acadêmicas. Em contrapartida, faculdades e escolas mais tradicionais e conservadoras tiveram a sua estrutura preservada em termos pela Reforma Universitária (COELHO, 1983, p. 5). Nesse contexto, a mais atingida entre elas foi a Faculdade Nacional de Filosofia: instituída em pleno Estado Novo, como parte de um projeto autoritário do Governo Central. Em 1968, não é apenas desmembrada, fragmentada, mas extinta.

De 1964 a 1968, a Faculdade Nacional de Filosofia – como as demais instituições universitárias, principalmente as públicas – vive situação problemática com

o afastamento de seus professores, alunos e funcionários, provocado por diversos atos ou dispositivos governamentais do regime militar¹⁸. Tais medidas arbitrárias sofrem metamorfoses quanto a roupagens até o final desse regime – o envoltório pode ser diferente, o conteúdo, no entanto, permanece o mesmo.

Tal situação vai repercutir na FNFI, pela perda de "substância" de seus cursos, pelo desmonte de trabalhos de pesquisa significativos, associados agora aos debates em torno da necessidade de seu desmembramento. Esfacelada e fragmentada a partir de 1967, ela desaparece em 1968, "já sob o peso de outra repressão vitoriosa, sem ter esboçado um só gesto de protesto. Teve a morte que lhe fora destinada pelas cúpulas universitárias, pela sua própria incompetência e pelos imperativos de uma nova concepção de segurança nacional" (LINHARES, 1979, p. 256). Com alunos e professores dispersos, em dez unidades, tenta-se "extinguir o que as autoridades universitárias e os órgãos de segurança denominavam de foco nefasto de agitação"; é instaurada a "tranquilidade" com o silêncio e a conviência que se institucionalizaram" (Ibid., p. 258).

Apesar de a Faculdade Nacional de Filosofia ter sido extinta em 1968, ela continua presente na memória daqueles que a produziram e, indiretamente, através de unidades da UFRJ que nela têm suas origens: a Escola de Comunicação, as Faculdades de Educação e Letras, os Institutos de Biologia, Física, Geociências, Filosofia e Ciências Humanas (IFCS), Matemática, Biologia e Química.

4. Rematando...

Pesquisando a documentação referente à história da Faculdade Nacional de Filosofia, centenas de documentos foram analisados¹⁹, depoimentos foram tomados, os quais restauram em parte procedimentos e acontecimentos vividos por essa instituição. A análise permite inferir que a FNFI foi um projeto possível. Apesar de todos os problemas, materiais e humanos, ela foi um espaço que contribuiu para o avanço do saber; foi um espaço da invenção, da descoberta e da elaboração de teorias. Foi um lugar de produção de conhecimentos, cuja aplicação nem sempre se revelou de forma clara, precisa e imediata. Ela foi tudo isso, apesar de todas as limitações e problemas enfrentados. Foi também um lugar de socialização do saber, na medida em que divulgou o saber e a cultura nela e por ela produzidos. Foi ainda espaço de cultura voltado para o seu tempo: um espaço voltado para o encaminhamento de problemas atuais e prementes de diversos grupos sociais, lutando pela transformação da realidade social brasileira.

Notas:

¹ Essa Exposição de Motivos e seus respectivos decretos-leis foram publicados originalmente no Diário Oficial, em 1931, podendo ser consultados in: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (Org.) *Universidade do Brasil: guia dos dispositivos legais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. v. 2

² O primeiro Regimento da Universidade do Rio de Janeiro e não o Regulamento, como aparece registrado nas discussões da Assembléia das Unidades é aprovado pelo Decreto nº 14.572, de 23 de dezembro de 1920.

³ A Faculdade Nacional de Educação, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei nº 452/37, não é instituída em 1939 como uma unidade, mas como uma das seções da FNFI, a seção de Pedagogia.

⁴ A propósito, ver o Arquivo FNFI-PROEDS/FE/UFRJ e o Arquivo GC-CPDOC/FGV, além dos depoimentos a respeito da Faculdade Nacional de Filosofia, publicados: In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. (Org.) *Faculdade Nacional de Filosofia*. Depoimentos. Rio de Janeiro: UFRJ/FUJB/CFCH/FE/PROEDS, 1992. v. 5.

⁵ Os relatórios mensais do Reitor Raul Leitão da Cunha, encaminhados ao Ministro da Educação durante o Estado Novo, contribuem para esclarecer como se dá o controle e a centralização em relação à Universidade do Brasil, Arquivo GC/CPDOC-FGV.

⁶ Vale observar que no caput do Decreto está escrito: "O Prefeito do Distrito Federal no caso, Henrique de Toledo Dodswoth - usando das faculdades que lhe confere o item IV do art. 7º do Decreto-Lei nº 96, de 22 de dezembro de 1937 e devidamente autorizado pelo Sr. Presidente da República, decreta [...]".

⁷ Há na correspondência de Alceu Amoroso Lima - um dos mais proeminentes líderes católicos nos anos 1930 - e o Ministro Gustavo Capanema, evidências dessa situação. Mas é, principalmente, contra Anísio Teixeira que se voltam as restrições dos católicos. Assim, em carta datada de 16 de junho de 1935 (GC/Lima, A. A. doc, série b. FGV/CPDOC), Alceu cobra do Ministro expurgo do Departamento de Municipal de Educação de elementos socialistas. Nessa época, era Anísio que estava à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal e que, em 1º de dezembro desse ano, apresenta a Pedro Ernesto, então Prefeito do Distrito Federal seu pedido de demissão.

⁸ Os depoimentos de ex-professores e ex-alunos da Faculdade Nacional de Filosofia mencionados neste estudo foram concedidos à equipe de pesquisa do projeto integrado "Da Faculdade Nacional de Filosofia à Faculdade de Educação: resgate de uma história" (1987-1990), sob a coordenação da autora e publicados no livro FÁVERO, Maria de Lourdes de A. (Coord.) *Faculdade Nacional de Filosofia*. Depoimentos, 1992. Neste estudo, citaremos apenas: "FNFI, Depoimentos, 1992", seguido das páginas.

⁹ A propósito, ver os comentários e críticas do professor José Leite Lopes, em discurso pronunciado em 16 de novembro de 1948 ao tomar posse na cadeira de Física Teórica e Superior da Faculdade Nacional de Filosofia (LEITE LOPES, José, 1987, p. 31-41).

¹⁰ Para realizar a pesquisa "A Universidade do Brasil: o Projeto Universitário do Governo" (mar./1996 a fev./2000), o grupo de pesquisa, coordenado por nós, leu todas as Atas do Conselho Universitário (jan./1921 a dez/1965).

¹¹ No Arquivo da FNFI-PROEDES/FE-UFRJ, há um ofício assinado pelo Reitor Pedro Calmon, datado de 14.06.50, dirigido ao Diretor da Faculdade, dando conhecimento da aprovação do regime de tempo integral para as atividades exercidas em pesquisa pelos professores Leite Lopes e Lagden Cavalcanti, a contar de 1º de maio daquele ano.

¹² Sobre o professor Elysário Távora Filho é pertinente a reportagem de Laura Antunes "Cientista aposentado vive da ajuda de amigos". In: *O Globo*, 13 de julho de 1997. A matéria situa a "figura excepcional" desse cientista e sua contribuição através de pesquisas, trabalhos publicados, funções e cargos exercidos. Mostra, também, os seus problemas de saúde e financeiros que o cientista, aos 86 anos, tem enfrentado.

¹³ Os Cursos de férias na Faculdade Nacional de Filosofia tiveram início entre dez/46 e jan./47 e funcionaram até 1958. Durante esses anos, foi realizado um Convênio com o Conselho Nacional de Geografia, que contribuiu para a realização dos mesmos através da concessão de bolsas de estudos, pagamento de professores, auxílio para cobrir despesas efetuadas com excursões e visitas. Esses cur-

sos destinavam-se a professores secundários em exercício e, durante esses 12 anos, foram oferecidos 46 cursos – Geografia, Português, História, História Natural etc. – dos quais 12 foram de Geografia.

¹⁴ Era formado em Medicina e fez vestibular para o Curso de Filosofia, em 1939. A respeito, ver Evaristo de Moraes Filho. FNFI. Depoimentos, 1992, p. 218-9.

¹⁵ A influência que Vieira Pinto exerceu na formação de outros intelectuais se processa, especialmente, por meio de sua obra. Mencionamos dois estudos escritos no período em que era professor da Faculdade Nacional de Filosofia, e reeditados nos anos 1980. Mas, há outros trabalhos que não podem ser esquecidos, como *Consciência e Realidade Nacional*; *Ciência e Existência - Problemas Filosóficos da Pesquisa Científica* etc.

¹⁶ Reeditado pela Editora UFRJ, em 1997.

¹⁷ A respeito das propostas de desmembramento da FNFI, cujas origens datam de 1947, consultar RONRÉN, Mônica Caminiti. *Faculdade Nacional de Filosofia: das propostas de fragmentação à extinção*. 1994. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

¹⁸ Em 1979, o Boletim Especial das Associações de Docentes do Rio de Janeiro, nº 2, publica uma lista, contendo 35 nomes de docentes da UFRJ atingidos por atos de exceção, a partir de 64, onde se encontram 22 nomes de professores da antiga Faculdade Nacional de Filosofia.

¹⁹ O acervo referente à Faculdade Nacional de Filosofia é constituído por mais de 100 mil documentos – textuais, visuais, iconográficos – e encontra-se no PROEDES/FE/UFRJ.

Referências

ALMEIDA, Ana Elisa Gerbasí C. de. *A Faculdade Nacional de Filosofia e a criação de instituições científicas: o caso do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sergio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.

ANDRADE, Mário de. [Carta ao Ministro Capanema]. Rio de Janeiro, 23 fev., 1939. GC/ Andrade, M, 01, fotograma 0786.

ANTUNES, Laura. Cientista aposentado vive da ajuda de amigo. *O Globo*, 13 de julho de 1997.

BITTENCOURT, Raul. Breve histórico da Universidade do Brasil e da Faculdade Nacional de Filosofia. In: Universidade do Brasil. *DIGESTO da Faculdade Nacional de Filosofia*. Rio de Janeiro, 1955.

BOLETIM Especial das Associações de Docentes do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n.2, 1979.

BONARDI, Martha C. Salgado. *Faculdade Nacional de Filosofia: um estudo da formação do professor secundário*. 1990. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UFRI, Rio de Janeiro, 1990.

CAMPOS, Francisco. Exposição de motivos. Reforma do Ensino Superior. D.O. de 15.04.1931, p. 5830 e 5839.

CAPANEMA, Gustavo. Exposição de motivos encaminhando originais do Decreto-Lei n. 1.190, 27 mar. 1939. In: MES. *Organização da Faculdade Nacional de Filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: MES/Serviço de Documentação, 1946.

_____. Exposição de motivos dirigida ao Presidente Vargas. Rio de Janeiro, 28 jun. 1938. GC filme 43, fotograma 0613 ou GC 36.09.18, doc.13, série g. CPDOC/FGV.

_____. Observações sobre a Universidade do Distrito Federal. GC filme 43, fotograma 0608 ou GC 38.09.18, série g. CPDOC/FGV.

_____. GC 36.01.18, pasta III, doc. 6, série g. CPDOC/FGV.

COELHO, Ildeu Moreira. *A formação do professor na universidade hoje*. Goiânia: UFGO, out. 1983, mimeo.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada - o Golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Raul Leitão da. Relatório do Reitor da Universidade do Brasil ao Ministro da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 11 de fev. 1945 a (Arquivo FNFi-FE/UFRI).

FÁVERO, Maria de Lourdes de A.; GUIMARÃES, Maria Eloísa; SIANO, Lúcia Maria. Faculdade Nacional de Filosofia: retomada de um projeto autoritário? *Ciência e Cultura*, v. 41, n. 2, p. 124-137, fev. 1989.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A.; PEIXOTO, Maria do Carmo de L.; SILVA, Ana Elisa Gerbasi da. Professores estrangeiros na Faculdade Nacional de Filosofia, RJ (1939-1951). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 78, p. 59-71, ago. 1991.

- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. (Coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia. Depoimentos*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FUJB/CFCH /FE-PROEDES, 1992.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ/Inep-Comped, 2000. v. 1.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. (Org.) *Universidade do Brasil: guia dos dispositivos legais*. Rio de Janeiro: UFRJ/Inep-Comped, 2000. v. 2.
- FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA. Divisão de Ensino - documento a respeito do quadro geral de alunos. Arquivo FNFi-FE/UFRJ, s/d.
- GOMES, Ângela de Castro et al. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 10 mar. 1967.
- JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22 mar. 1967.
- LETE LOPES, José. Discurso pronunciado em 16 nov. 1948, ao tomar posse na cadeira de Física Teórica e Superior na FNFi/UB. *Ciência e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro e EDUFF, 1987.
- _____. *Universidade Brasileira*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1988.
- LIMA, Alceu Amoroso. [Carta ao Ministro Capanema]. Rio de Janeiro: GC/Lima, A. A. Doc. Série b. FGV/CPDOC, 16 de jun. 1935.
- LINHARES, Maria Yedda. Discurso de Paraninfo do Curso de Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, 20 dez. 1978. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 253-8, mar. 1979.
- _____. Intervenção: *Seminário Comemorativo dos 50 Anos da Faculdade Nacional de Filosofia*. Casa D'Itália, 26 out. 1989. Rio de Janeiro: PROEDES FE/UFRJ, 1990 (Série Memória e Documentação 003).
- LOBO, Eulália L. Intervenção: *Seminário Comemorativo dos 50 anos da Faculdade Nacional de Filosofia*. Casa D'Itália, 26 de out. 1989. Rio de Janeiro: PROEDES/FE/UFRJ, 1990, p.23-29 (Série Memória e Documentação 03)
- MEDEIROS, Luiz Adauto da J. Certos aspectos da Matemática no Rio de Janeiro. *Boletim da SBMAC*, v. 4, n. 3, dez. 1984.
- MES - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Arquivos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2: 101-127, mar./abr. 1947. p. 101-27.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de. *Reformas de ensino, modernização administrativa: a experiência de Francisco Campos – anos vinte e trinta*. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 2000.

- NAGLE, Jorge. A Educação na Primeira República. In.: *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano*. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978. tomo III, v. 2, p. 261-91.
- NEVES, João. [Carta ao Ministro Capanema]. Rio de Janeiro, 3 ago. 1939. GC, pasta IV doc. 21, série g; CPDOC/FGV.
- PAIM, Antonio. *A UDF e a idéia de universidade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.
- PENNA, Antonio. *História da Psicologia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- RON-RÉN, Mônica Caminiti. *Faculdade Nacional de Filosofia: das propostas de fragmentação à extinção*. 1994. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.
- SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. Aula Inaugural proferida na Faculdade Nacional de Filosofia, em 20 de março de 1964. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 27-28, p. 560-76. set/dez, 1964.
- SAMIANI, Dermeval. Introdução e entrevista. In: VIEIRA PINTO, Álvaro. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1982. p. 9-27.
- _____. Prefácio. In: VIEIRA PINTO, Álvaro. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1986.
- TRIGUEIRO MENDES, Durmeval. Fenomenologia do processo educativo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 60, n. 134, p. 140-72, abr./jun. 1974.
- UNIVERSIDADE DO BRASIL. *Decenário da Faculdade Nacional de Filosofia*. Rio de Janeiro: UB, 1951.
- _____. Ofício do Reitor Pedro Calmon dirigido ao Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, 14 jun. 1950.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. 2 v.
- _____. *Ciência e existência - problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- _____. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1982.
- _____. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1986.